Parecer e contributos do MILObs – Observatório sobre *Media*, Informação e Literacia relativos ao Plano Nacional de Literacia Mediática, Estratégia 2025 - 2029

O MILObs, como observatório nacional centrado nas temáticas da Informação, *Media* e Literacia, começa por saudar a criação da estrutura de missão #PortugalMediaLab para a discussão pública do futuro Plano Nacional de Literacia Mediática. Neste sentido, enquanto equipa do MILObs, elencamos alguns contributos que nos parecem cruciais para o aprofundamento do trabalho já realizado, bem como para a consumação do Plano no terreno.

1. Aprimorar questões conceptuais

- Mesmo reconhecendo que o documento em consulta pública parte de entendimentos relativamente consensualizados sobre o que é a literacia mediática, importaria **explicitar mais marcadamente a complexidade que enforma os *media* e, por conseguinte, a literacia que lhes está associada**. Aspetos omnipresentes do ecossistema mediático atual, como as redes sociais, o entretenimento ou a publicidade, assumem um lugar secundário face à hegemonia das (necessariamente importantes) questões associadas à informação e desinformação. Isto é, seria crucial não sintetizar algo com a abrangência que se quer de um Plano Nacional de Literacia Mediática somente como uma literacia para as notícias e a desinformação (ainda que fundamentais).

- **Relativamente à contextualização da desinformação** (p. 9), **parece-nos importante que o documento enalteça mais detalhadamente as particularidades daquela que hoje é social e politicamente relevante**: não obstante o sensacionalismo do *yellow journalism* identificado, as desordens informativas atuais são, sobretudo, de uma outra natureza: ora instigadas propositadamente (portanto, mais ligadas às questões da propaganda e da organização instrumental da desinformação) e muitas vezes assumindo uma forma (falsa) de notícia (logo, opondo-se ao jornalismo e procurando capitalizar a queda do interesse e da confiança nas notícias dos *media* a que o próprio texto alude), ora oriundas de más práticas, mesmo se não intencionais, na leitura, interpretação e partilha da informação num ambiente de permanente comunicação.

- Ainda do ponto de vista conceptual, e tendo em conta as transformações que a Europa e o mundo conhecem, nomeadamente no que diz respeito às questões da polarização e dos discursos de ódio e, cada vez mais, da guerra e da paz e da intoxicação do ecossistema informativo com os desenvolvimentos e tendências recentes das *big tech*, consideramos importante **desafiar os próprios sentidos estabelecidos do conceito de**

literacia mediática, explorando novos caminhos e renovando a sua pertinência, desde logo pelo foco na sua dimensão de educação para a escuta e a comunicação.

2. Aliar princípios às práticas dos públicos

- Em linha com o primeiro ponto do tópico precedente, uma segmentação excessiva numa dicotomia entre informação credível (e jornalística, de referência) e desinformação alimenta o risco de se negligenciar as pontes que as diferentes práticas dos públicos com os *media* criam entre si: como bem nota o atual documento, protagonistas como os influenciadores digitais podem ter um papel a desempenhar na promoção da literacia mediática, também. Neste mesmo sentido, **seria pertinente que o plano trabalhasse para lá de temáticas indubitavelmente importantes, como são a informação falsa e a desinformação, e reconhecesse o caminho que há a ser trilhado a partir da base: isto é, das preocupações e das práticas que os públicos dos *media*, na sua diversidade, já manifestam e que não se cingem às questões da desinformação.**

- O ponto anterior ganha particular relevância junto de públicos jovens, aqueles que têm sido objeto de maior atenção por parte do MILObs. Como demonstram os resultados do projeto de investigação bYou (https://www.byou.ics.uminho.pt/), **os repertórios mediáticos dos jovens portugueses são plurais e as suas preocupações extravasam amplamente as questões associadas às informações falsas e desinformação. Neste sentido, torna-se premente que o Plano Nacional de Literacia Mediática tenha amplitude suficiente para abarcar os temas que são já relevantes para os públicos,** sem descurar a pertinência de se colocar novas questões (desde logo aquelas associadas às "notícias falsas" e à desinformação) a quem usa efetivamente os *media*.

3. Capitalizar o caminho já realizado

- Seria útil, acreditamos, uma **maior articulação** – até do ponto de vista da definição de indicadores concretos a operacionalizar – **do Plano Nacional de Literacia Mediática quer com documentos já existentes** (como os referenciais de Educação para os *Media* e Aprender com a Biblioteca Escolar), **quer com projetos que há anos se revelam pertinentes no desenvolvimento de maiores níveis de literacia mediática** (caso dos *media* escolares).

- Importa reforçar o **papel dos meios de comunicação social** – desde logo as rádios, a imprensa, os meios audiovisuais e as plataformas digitais, por força de legislação em vigor – para lá da disseminação de iniciativas do plano, abarcando (e articulando com o plano) as suas responsabilidades na criação, produção e emissão de conteúdos de literacia mediática, bem como no plano da **disponibilização de recursos audiovisuais e multimédia às escolas e outras entidades de formação.**

- A respeito do ponto anterior, convém **salientar o papel relevante que o Serviço Público de *Media* (SPM) pode ter na promoção da Literacia Mediática da população**,

nomeadamente através de campanhas de informação e de sensibilização, sendo por isso fundamental envolver os *media* públicos e reconhecer o papel que podem exercer.

- Considerando o papel que os *media* escolares têm desempenhado numa abordagem pela prática à educação para os *media*, estes podem ser uma âncora para o trabalho do Plano Nacional de Literacia Mediática junto de públicos jovens. Neste sentido, propomos a elaboração de um **Plano Nacional de Incentivo e Valorização dos *Media* Escolares**, com especial atenção aos *media* jornalísticos escolares, incentivando, desse modo, competências práticas de expressão, de participação e informação e, sobretudo, **valorizando a voz e o protagonismo dos alunos**.

- Tendo em conta a existência (atual) da componente "*media*" em disciplinas como Cidadania e Desenvolvimento, importa que o PNLM possa **reforçar a importância da componente de Cidadania nas escolas**, como espaço e tempo específicos de abordagem de questões de Literacia Mediática.

- Considerando a presença de temáticas relevantes para a literacia mediática nas aprendizagens essenciais de diversas disciplinas, seria relevante evidenciar e reforçar (em articulação com a DGE e a CNE), os **contributos das aprendizagens formais no desenvolvimento dos níveis de literacia mediática dos alunos e a sua articulação com as aprendizagens informais** (Pereira et al., 2019)[1].

- Importa também **reconhecer e valorizar o papel que as bibliotecas escolares têm tido desempenhado na promoção da Literacia Mediática** (Pereira & Toscano, 2021)[2], podendo constituir-se como um aliado fundamental do PNLM.

- Considerando a diversidade de atores que têm contribuído para a formação e a investigação em literacia mediática, consideramos ser particularmente pertinente a **elaboração de um plano nacional de formação de educadores, professores e formadores em literacia mediática**, a diferentes níveis e com orçamento específico: formação inicial; formação contínua; formação especializada; e cursos breves. No que diz respeito à **formação inicial de professores**, considera-se que o PNLM pode ter um papel fundamental de mediação com entidades governativas e instituições de formação superior para a integração da Literacia Mediática nos curricula de formação de professores e educadores.

- Num sentido semelhante, encorajamos a **definição de um quadro de incentivos à investigação teórico-metodológica e prática-oficinal em literacia mediática**, mediante parcerias com observatórios e centros de investigação ativos nesta área (enquanto observatório sediado a Norte, salientamos aqui a oportunidade para se descentralizar o plano também a este nível). Esta vertente poderá articular-se com a elaboração de pesquisas de mestrado e doutoramento e ter em conta linhas de apoio ao nível da União Europeia.

---

[1] Pereira, S., Fillol, J., & Moura, P. (2019). Young people learning from digital media outside of school: The informal meets the formal. [El aprendizaje de los jóvenes con medios digitales fuera de la escuela: De lo informal a lo formal]. *Comunicar*, 58, 41-50. https://doi.org/10.3916/C58-2019-04

[2] Pereira, S. & Toscano, M. (2021). *Literacia Mediática nas Bibliotecas Escolares*. MILObs/CECS. https://milobs.pt/recurso/literacia-mediatica-nas-bibliotecas-escolares/

4. Implementação e avaliação

- Mesmo reconhecendo que o documento é o ponto de partida para um trabalho ainda a apurar e a realizar, o atual esboço do Plano Nacional de Literacia Mediática beneficiaria de **uma definição antecipada de medidas e de estratégias concretas e orçamentadas, bem como de metas e de marcos temporais definidos, que balizem a sua implementação.**
- **As Linhas de Atuação inscritas no PNLM ganhariam, a nosso ver, se estivessem formuladas efetivamente como estratégias de ação** e não, novamente, como objetivos. Essas Linhas, tal como estão formuladas, não permitem compreender como serão concretizados os objetivos e os eixos referidos anteriormente e, no mesmo sentido, como será concretizado no terreno o Plano.
- A **formulação vaga** das Linhas de Ação pode **comprometer a monitorização e avaliação do PNLM**.
- Ao nível da implementação do PNLM será importante identificar parceiros que são atores de Literacia Mediática e parceiros de áreas próximas ou afins.
- Tal como acontece com outros planos nacionais em outras áreas, é fundamental que o PNLM possa contar com uma **equipa executiva dedicada** ao seu desenvolvimento e execução.

5. Notas finais

- O MILObs, o único observatório nacional que acompanha, estuda e intervém em questões ligadas à Literacia Mediática e da Informação, que contou na sua génese com a dinâmica de várias instituições públicas, não é objeto de qualquer referência no documento do PNLM. Dando seguimento àquela que é a sua missão, o MILObs pode colaborar e tomar iniciativas naquelas que são as suas áreas estratégicas.
- No texto (p. 5), tal como é reconhecida, e bem, a autoria do Referencial "Aprender com a Biblioteca Escolar" (Conde et al., 2017; Conde et al., 2012), deve também ser reconhecida a autoria do Referencial de Educação para os *Media* (Pereira et al, 2014; Pereira et al, 2023).

Braga, 22 de fevereiro de 2025

Equipa do MILObs – Observatório sobre Media, Informação e Literacia

Sara Pereira, Manuel Pinto, Pedro Moura e Joana Fillol

Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

milobs.pt | milobs@ics.uminho.pt